

## Meio sol amarelo: a guerra civil nigeriana entre a História e a Literatura

### Half of a Yellow Sun: the Nigerian Civil War between History and Literature

Xênia de Castro Barbosa<sup>1\*</sup>, Márcia Letícia Gomes<sup>2</sup>

---

#### RESUMO

A guerra entre Nigéria e Biafra, ocorrida entre julho de 1967 e janeiro de 1970 na Nigéria, foi uma das mais violentas do contexto da Guerra Fria, tendo provocado entre um milhão e três milhões de vítimas. Neste artigo buscamos produzir reflexões sobre o referido conflito cotejando fontes históricas e fonte literária (a ficção histórica *Meio Sol Amarelo*, de Chimamanda Adichie), bem como discutir as relações entre a História e a Literatura, valorizando-as como formas especiais de conhecimento das questões humanas. O estudo foi desenvolvido em abordagem qualitativa, com lastro no método documental e seus objetivos configuram perfil explicativo, situando-se nos domínios da História Cultural. Entendemos que os desafios enfrentados pela Nigéria, e cujo signo máximo foi a guerra civil com Biafra remontam a múltiplos fatores, dentre os quais as escolhas econômicas relacionadas ao petróleo e as marcas legadas por seu processo de colonização, de independência e formação do Estado nacional.

**Palavras-chave:** *Meio sol amarelo*; Nigéria; História; Literatura

---

#### ABSTRACT

The war between Nigeria and Biafra, which occurred between July 1967 and January 1970 in Nigeria, was one of the most violent in the context of the Cold War, provoking between one million and three million victims. In this article we seek to produce reflections on the aforementioned conflict by comparing historical sources and literary sources (the historical fiction *Half of a Yellow Sun* by Chimamanda Adichie), as well as to discuss the relations between History and Literature, valuing them as special forms of knowledge of the issues human beings. The study was developed in a qualitative approach, with ballast in the documentary method and its objectives configure an explanatory profile, situating itself in the domains of Cultural History. We understand that the challenges faced by Nigeria, and whose maximum sign was the civil war with Biafra, can be traced back to many factors, including the oil-related economic choices and the brands left behind by its colonization process, independence and formation of the national State.

**Keywords:** *Half of a Yellow Sun*; Niger; History; Literature.

---

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama. Programa de Mestrado em rede nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.

\*E-mail: [xenia.castro@ifro.edu.br](mailto:xenia.castro@ifro.edu.br)

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama.

---

## INTRODUÇÃO

Este texto almeja contribuir para a reflexão acerca da guerra civil nigeriana, travada entre julho de 1967 e janeiro de 1970 na Nigéria na África Ocidental.

A “guerra civil nigeriana” - como ficou conhecido o movimento separatista que proclamou a República de Biafra - é um capítulo ainda pouco estudado da história da África na historiografia brasileira. O estudo desse conflito e de seus desdobramentos é relevante não só para o conhecimento do passado como também para a compreensão de desafios do presente que se inscrevem na ordem política e geopolítica, uma vez que movimentos sociais pró-independência de Biafra têm ganhado força desde a última década do século XX, como é o caso do MASSOB - Movimento para a Atualização do Estado Soberano de Biafra.

Do ponto de vista político, Biafra não é ainda uma questão solucionada, contribuindo para isso os interesses sobre o controle de reservas petrolíferas existentes no sudoeste do território nigeriano e a intolerância em relação a diferenças étnicas, culturais e religiosas, genuínas ou forjadas por ação do neocolonialismo. Do ponto de vista cultural, a experiência republicana de Biafra tem se revelado uma fonte fértil de inspiração para uma diversidade de produtos culturais: de livros de memórias a romances, de canais de rádio ao cinema. A circulação de tais produtos tem ampliado a simpatia internacional pela causa de Biafra e, ao mesmo tempo, ocasionado desconfortos na sociedade política nigeriana, que apesar dos esforços empreendidos, tem encontrado dificuldade em efetivar a integração dos *igbos* à sociedade nacional.

Nesta pesquisa, concentramos esforços analíticos sobre a obra *Meio sol amarelo*, da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (ADICHIE, 2008), que tem se mostrado um dos nomes mais influentes da literatura africana.

O estudo em tela insere-se, portanto, no campo da História Cultural e visa, ainda, a problematizar as relações entre a História e a Literatura, valorizando-as como formas especiais de conhecimento das questões humanas.

## O CAMINHO PERCORRIDO

A pesquisa foi desenvolvida no Núcleo de Estudos Históricos e Literários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (NEHLI/IFRO), sob a égide do projeto “Diásporas contemporâneas”, ideia multidisciplinar que envolveu pesquisadores dos campos da História, Geografia, Letras e Direito.

Diásporas e deslocamentos são experiências registradas desde a antiguidade, que se tornaram emblemáticas na modernidade e que têm se intensificado contemporaneamente (FERNÁNDEZ, 2008).

Na Antiguidade, o êxodo do povo hebreu - perseguido por babilônios e romanos por professar fé e cultura diferente dos demais povos -, levou-o a se dispersar pelo mundo então conhecido, constituindo uma nação sem Estado. Durante a Segunda Guerra Mundial, nova diáspora viria a ocorrer, desta vez instigada pela perseguição nazista.

Na Idade Moderna, a diáspora de povos africanos para o Novo Mundo foi marcada por intensa violência, resultando na migração forçada de cerca de 12 milhões de pessoas, em escravidão e morte. Vendidos como mercadoria e marcados na carne como gado, esses homens, mulheres e crianças viveriam as piores atrocidades nos latifúndios monocultores da América.

A fragilidade instaurada nos territórios africanos em função do seqüestro e comércio de pessoas para atender à expansão capitalista, tornou esses territórios vulneráveis ao neocolonialismo perpetrado pelas potências europeias no final do século XIX e primeiras décadas do XX, o que redundou em deslocamentos internos, definições arbitrárias de fronteiras, guerras étnicas, dentre outros. O caso da guerra civil nigeriana tem nesse processo uma de suas matrizes explicativas, como demonstraremos posteriormente.

Este estudo foi desenvolvido em abordagem qualitativa, com base no método documental e seus objetivos configuram perfil explicativo (GIL, 2008), situando-se nos domínios da História Cultural.

O *corpus* documental da pesquisa foi constituído de texto literário (Adichie, 2008), e de textos acadêmicos que tangenciam a questão da guerra entre Biafra e Nigéria,

dentre os quais: Meredith (2006), Heerten e Moses (2014), Aziegebe (2014), Oliveira (2014), Chan (2017) e Julius-Adeoye (2017).

Para a História Cultural, “[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (PESAVENTO, 2004, p.80).

A Literatura, enquanto produto de seu tempo e reflexo das condições socioculturais nas quais seus autores estão inseridos pode ser apropriada como fonte histórica. Ela é um registro cultural relevante para a pesquisa histórica porque é via de acesso para as “imagens sensíveis do mundo” (PESAVENTO, 2006). Ademais, os comportamentos e sentimentos dos personagens por ela registrados podem auxiliar na compreensão dos sistemas de pensamento e dos sistemas de ação que vigoraram em determinada época e sociedade.

No ensinamento de Borges,

[...] no universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos [...]. A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste (BORGES, 2010, p. 98).

Todavia, é necessário esclarecer que a Literatura, por mais embasada e rigorosa que seja, não tem o objetivo de ser História. Da mesma forma, a História, por mais que se utilize de técnicas e estratégias literárias, que se volte aos aspectos micro, à vida privada, não se pretende Literatura. De acordo com Pesavento, “ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas, possuindo um público destinatário e leitor” (PESAVENTO, 2004, p. 81).

Literatura e História são saberes que se aproximam quanto à narrativa, quanto ao modo de recriar experiências (acontecidas ou imaginadas), reais ou virtuais; que se aproximam enquanto forma de conhecimento social, mas que se distanciam quanto às suas preocupações mais eminentes. A primeira é entendida como forma de expressão artística, detentora de qualidades estéticas próprias, possuidora de historicidade, passível

de uso como fonte documental para a produção do conhecimento histórico (Borges, 2010), entretanto, suas preocupações fundamentais são, sobretudo, estéticas, não lhe sendo cobrado compromisso com a verdade histórica. Assim, tanto pode dizer o que foi como pode subvertê-lo ou expressar o que gostaria que tivesse acontecido, movendo tempos, cenários e personagens. A Literatura trata das verdades possíveis e desejáveis e não necessariamente da verdade dos fatos – verdade esta que, por seu turno, é também produto das escolhas e das perguntas feitas pelos historiadores em relação aos vestígios aos quais teve acesso (CARR, 1996).

A História, embora se utilize de recursos literários, não tem a mesma liberdade criativa da Literatura, uma vez que é um tipo de discurso específico, com objetivos científicos e cuja matéria são as experiências sociais no tempo e no espaço (Bloch, 1997). É um discurso limitado pelos documentos que lhe embasam. Desse modo, só pode dizer o que suas fontes lhe permitem sustentar, caracterizando-se, portanto, como uma “ficção controlada” (PESAVENTO, 2000). Ainda no ensinamento de Pesavento (2004), a História é orquestrada pela relação que estabelece com seu objeto, e sua meta é atingir uma verdade sobre o acontecido que tenha a maior proximidade possível com o passado, o que constitui uma diferença fundamental entre ela e a Literatura (Pesavento, 2004). No arrematar de Sevcenko (2003, p. 30), “a Historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser” (SEVCENKO, 2003, p. 59). Tais esclarecimentos são pertinentes para a justa compreensão da obra *Meio Sol Amarelo* (ADICHIE, 2008), ficção histórica que constitui o cerne das análises aqui elaboradas.

## **A GUERRA CIVIL NIGÉRIA-BIAFRA NA LITERATURA DE CHIMAMANDA ADICHIE**

*Meio Sol Amarelo* (ADICHIE, 2008) é um romance histórico ambientado na Nigéria pós-colonial dos anos 1960. Uma Nigéria marcada por corrupção, desigualdades sociais, disputas pelo controle das reservas de petróleo existentes no país e marginalização do povo *igbo*, cujo produto resultou na guerra civil que daria origem à República de Biafra.

A escritora, Chimamanda Ngozi Adichie é uma nigeriana negra que desliza sobre o papel suas escrevivências (EVARISTO, 2005), a memória de seu povo e os desafios de ser mulher e negra. A autora se inscreve em um movimento maior de escritoras negras que, após muitas lutas, têm tido oportunidade de contar suas histórias,

de construir “escrevivências”, termo cunhado por Conceição Evaristo e que se aplica à produção da referida escritora como a de outras brasileiras, como Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina dos Reis, bem como a mulheres de outros continentes, como é o caso da autora aqui estudada – a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. As narrativas destas mulheres colocam em perspectiva a narrativa oficial e nos permitem conhecer outros pontos de vista acerca do mesmo fenômeno.

Esse movimento ao qual nos referimos: o Feminismo Negro, tem se caracterizado como um movimento internacional de mulheres que exercem a militância em prol de direitos e da redução das dessimetrias sociais, mas que também teoriza sobre a interseccionalidade das violências de gênero, raça e classe, recusando a neutralidade epistemológica. Djamila Ribeiro e Conceição Evaristo, no Brasil, Angela Davis, nos Estados Unidos, e as africanas Ogunyemi e Nnaemeka, são, a título de exemplos, escritoras que representam o referido movimento (FREITAS, 2017).

A produção literária que tem vindo a público na esteira desse movimento incide em discussões contundentes acerca das identidades étnicas e nacionais, as experiências do colonialismo e do pós-colonialismo. A identidade construída por essas escritoras negras, sua forma de se dizer e dizer o mundo do qual são procedentes tem provocado inquietudes, pois rompe com as demandas do feminismo clássico, apresentando outras nuances da violência contra a mulher. Essas performances explicam também porque obras como as de Chimamanda Adichie e Paulina Chiziane, dentre outras, vêm sendo tão bem recebidas pelo público e pela crítica.

Chimamanda, como ficcionista, preocupa-se em produzir relatos que contribuam para uma história plural, que evidencie os dramas humanos e os horrores da violência, seja a colonial, a econômica, a de gênero ou a dos conflitos armados que grassaram sobre a África no contexto da Guerra Fria. Sua ficção, em dados momentos, utiliza-se de seus personagens para questionar a História oficial construída sobre a Nigéria:

Existem duas respostas para as coisas que eles vão lhe ensinar sobre nossa terra: a resposta verdadeira e a resposta que você dá na escola para passar de ano. Você tem que ler livros e aprender as duas versões. [...] Eles vão ensinar que um homem branco chamado Mungo Park descobriu o rio Níger. Isso é besteira. Nosso povo pescava no Níger muito antes que o avô de Mungo Park tivesse nascido. Mas no seu exame escreva que foi Mungo Park (ADICHIE, 2008, p. 21).

Sua obra encerra, portanto, disputas de memórias e consolida versões alternativas de aspectos da história nigeriana sem pretender, contudo, ser historiografia.

Quanto a Biafra, este país foi representado, em sua bandeira, sob o signo de um meio sol amarelo, um sol nascente, indicando a jovem nação, com 11 raios representando as 11 províncias do país que existiu por quase três anos (30 de Maio de 1967 a 15 de Janeiro de 1970). Esse símbolo perpassa a narrativa de *Meio Sol Amarelo* e foi explicado por Ollana, personagem central da obra, para seus alunos de Biafra, em uma escola improvisada e praticamente destruída por bombardeio:

As crianças se acomodaram em tábuas, sob o fraco sol da manhã que jorrava pela sala sem telhado, enquanto ela desembulhava a bandeira de pano de Odenigbo e contava a eles o significado dos símbolos. O vermelho era o sangue dos parentes massacrados no Norte, o negro era em sinal de luto pelos mortos, o verde era pela prosperidade que Biafra teria, e, por fim, o meio sol amarelo, que significava um futuro glorioso (ADICHIE, 2008, p. 328).

A narrativa desencadeada em *Meio Sol Amarelo* entrecruza três pontos de vista diferentes: o da professora Ollana, filha de uma rica família da Nigéria, mas que não aceita o destino de comodidades traçado pelos pais para ela, o de Richard, jornalista e pesquisador europeu que encarna o drama da criação literária e se envolve emocionalmente com a irmã de Ollana e com o drama de Biafra, e o jovem Ugwu, camponês paupérrimo que se torna empregado na casa de Ollana e seu esposo Odenigbo, onde aprenderá a ler e escrever e se tornará o guardião das histórias do clã central da narrativa, a família de Ollana.

O centro da narrativa é a casa de Odenigbo e Olanna em Nsukka, cidade universitária nigeriana. Na casa se reúnem intelectuais nigerianos que discutem questões como identidade, raça e política:

‘Claro que somos todos iguais, todos temos a opressão branca em comum’, disse a Srta. Adebayo, secamente. ‘O pan-africanismo é simplesmente a resposta sensata’.

‘Claro, claro, mas o que eu digo é que a única identidade autêntica para um africano é sua tribo’, disse o Patrão. ‘Eu sou nigeriano porque um branco criou a Nigéria e me deu essa identidade. Sou negro porque o branco fez o negro ser o mais diferente possível do branco. Mas eu era ibo antes que o branco aparecesse (ADICHIE, 2008, p. 31).

A casa era farta e a prosperidade que nela havia contrastava com o cenário de pobreza das aldeias rurais, e com o que progressivamente se instalava sobre Biafra, por

ocasião da guerra. Os personagens se movem na dialética entre a fartura e a fome, a esperança de uma vida republicana e próspera e a realidade da guerra:

Ele escreveu sobre fome. A fome foi a arma de guerra da Nigéria. A fome quebrou Biafra, trouxe fama a Biafra e fez Biafra durar o tempo que durou. A fome fez os povos do mundo repararem e provocou protestos e manifestações em Londres, Moscou, na Tchecoslováquia. A fome fez Zâmbia, a Tanzânia, a Costa do Marfim e o Gabão reconhecerem Biafra, a fome levou a África até a campanha presidencial de Nixon, e fez os pais do mundo todo dizerem aos filhos para raspar o prato. A fome levou organizações de ajuda a fazer transportes clandestinos de comida durante a noite, uma vez que nenhum dos lados conseguia chegar a um acordo quanto às rotas. A fome ajudou a carreira dos fotógrafos. E a fome fez a Cruz Vermelha Internacional chamar Biafra de sua maior emergência, desde a Segunda Guerra Mundial (ADICHIE, 2008, p. 276).

Com a deflagração da guerra, o centro da vida familiar foi deslocado e a precariedade se instalou

Ollana entrou na fila e se controlou pra não empurrar a mulher, que tentou expulsá-la. Deixou que ela ficasse na sua frente. A incongruência de fazer fila para pedir comida a deixava constrangida, desfigurada. Cruzou os braços, depois os soltou ao lado do corpo e voltou a cruzá-los. Estava perto da frente quando reparou que o pó que elas estavam pondo nos sacos e tigelas não era amarelo e sim branco. Não era gema de ovo, era maisena. A fila da gema de ovo era a outra. Olanna foi correndo até lá, mas a mulher que estava distribuindo as gemas se levantou e disse: “A gema de ovo acabou! O gwula!” (ADICHIE, 2008, p. 315).

A insegurança e o medo passaram a ser uma constante.

Ollana tinha sobressaltos toda vez que ouvia um trovão. Imaginava outro reide aéreo, bombas caindo dos aviões e explodindo em volta da casa, antes que ela, Odenigbo, Baby e Ugwu pudessem chegar ao Bunker no fim da rua (ADICHIE, 2008, p. 305).

Como mulher, Ollana vive ainda o desafio adicional de ser mãe, de zelar pela vida de sua filha, enquanto o marido, preocupado com a resistência, ausenta-se da vida doméstica.

‘Andei pensando no exército, *nkem*. Talvez eu devesse me unir à nova brigada das Forças Especiais de Sua Excelência’.

Olanna não disse nada por um tempo. Sentiu ímpetos de arrancar a nova barba, puxar seu cabelo, tirar sangue de Odenigbo (ADICHIE, 2008, p. 384-5).

A sensação das personagens que viveram a guerra civil da Nigéria-Biafra é de abandono, de interdição do diálogo e de insuficiente ajuda humanitária, reforçada várias vezes pela frase “o mundo estava calado quando nós morremos”, que se tornou o título

do livro organizado por Ugwu a partir dos excertos de Richard e de suas próprias anotações.

Ele escreve sobre o mundo, que permaneceu calado enquanto os biafrenses morriam. Argumenta que a Grã-Bretanha inspirou esse silêncio. As armas e o conselho que os britânicos deram à Nigéria formou outros países. Nos Estados Unidos, Biafra estava ‘sob esfera de interesses britânicos’ E, de suas posições e supremacia branca, África do Sul e Rodésia olharam triunfantes para mais uma prova de que governos liderados por negros estavam fadados ao fracasso. A China comunista denunciou o imperialismo anglo-americano-soviético, mas nada fez para apoiar Biafra. Os franceses venderam armamentos a Biafra, mas não deram o reconhecimento de que o país mais precisava. E muitos países negros da África, temendo que a independência de Biafra desencadeasse outras secessões, deram apoio à Nigéria (ADICHIE, 2008, p. 302).

O contexto histórico retratado na obra em resenha é o da África no pós-guerra, uma África que luta por independência e almeja a descolonização nos vários aspectos de sua cultura e de sua vida social: o fim de preconceitos étnicos, o fim da corrupção, a consolidação de um Estado democrático e constitucional. Tal missão, contudo, não seria fácil, uma vez que a falta de coesão social e a diversidade de interesses construam sólidas barreiras internas: “Em 1960, na época da Independência, a Nigéria era um conjunto de fragmentos presos por um frágil fecho” (ADICHIE, 2008, p. 184).

Não obstante, havia ainda as barreiras externas, expressas, sobretudo nos interesses britânicos sobre a Nigéria e na presença de corporações multinacionais que exploravam o petróleo na região. A esse respeito, vejamos:

O Norte estava inquieto: temia o domínio do Sul, bem mais instruído, e sempre quis separar-se dos sulistas infiéis. Entretanto os britânicos tinham de manter a Nigéria como ela era – uma criação deles de alto valor, um grande mercado, um espinho no olho da França. Para favorecer o Norte, ajeitaram as eleições pré-independência em favor do norte e redigiram uma nova constituição que dava aos nortistas o controle sobre o governo central.

O Sul, ansioso pela independência, aceitou a constituição. Com os britânicos fora, haveria coisas boas para todo mundo: salários de ‘branco’ há muito negados aos nigerianos, promoções, altos cargos. Nada foi feito em relação ao clamor dos grupos minoritários, e as regiões já estavam competindo tão ferozmente que algumas queriam ter embaixadas estrangeiras separadas (ADICHIE, 2008, p. 184).

Destaque-se que a Nigéria é possuidora da maior reserva petrolífera da África, o que a torna um “gigante africano” e, simultaneamente, vulnerável à ação violenta de interesses exógenos e de corrupção endógena. Assim, explicar a guerra civil nigeriana

como mero conflito étnico é reducionista e contribui para a despolitização do conflito e manutenção de estereótipo. Disputas étnicas existiram, mas não explicam todo o processo, além do que, tais diferenças étnicas foram fomentadas e reforçadas com o colonialismo, como estratégia para a dominação. Emblemático desta questão é o episódio em que o personagem jornalista Richard escreve artigo para o jornal *The Herald*, abordando o problema dos refugiados *igbo*:

É imperativo lembrar que o primeiro massacre do povo ibo, ainda que em escala muitíssimo menor do que a ocorrida recentemente, foi em 1945. A carnificina de então foi precipitada pelo governo colonialista britânico, que culpou o ibos por uma greve nacional, mandou fechar os jornais em língua ibo e, de maneira geral, incentivou investimentos antiibo. A noção, portanto, de que as matanças recentes são fruto de um ódio ‘antiquíssimo’ é enganosa. As tribos do Norte e do Sul mantêm contato há muito tempo, pelo menos desde o século IX, como atestam magníficas contas encontradas no sítio histórico de Igbo-Ukwu. Não há dúvida de que os dois grupos guerrearam e fizeram escravos, mas não se massacraram dessa forma. Se isso é ódio, então é um ódio bem recente. E foi causado, basicamente, pelas políticas informais de dividir e dominar impostas durante o período colonialista britânico. Políticas que manipularam as diferenças entre as tribos e garantiram que a união jamais se concretizaria, o que tornou muito mais prática a governança de um país tão grande (ADICHIE, 2008, p. 198).

A resposta do *The Herald*, ficcionalizada em *Meio Sol Amarelo* é verossímil com o tipo de resposta dada por muitos jornais, na vida real; resposta que rejeita a dimensão política dos acontecimentos e reivindica o exótico, estereotipado e sensacionalista.

Ao receber a resposta, duas semanas depois, rasgou a carta, depois de lê-la. A imprensa internacional estava, em suma, saturada de relatos de violência na África, e a matéria de Richard era especialmente morna e pedante, escrevera o subeditor, mas quem sabe Richard pudesse fazer um artigo enfocando o lado humano? Contando se acaso eles entoavam alguma reza tribal, enquanto executavam assassinatos, por exemplo. Se eles comiam partes do corpo, como faziam no Congo [...] (ADICHIE, 2008, p. 199).

Assim, a arte imita a vida, devolvendo à História os problemas que lhe cabe enfrentar.

## **A GUERRA CIVIL NIGÉRIA-BIAFRA NA HISTORIOGRAFIA**

A guerra civil nigeriana, também conhecida como Guerra de Biafra e Guerra civil Nigéria-Biafra, tem sido representada na historiografia como: (1) guerra mundial em miniatura (UNESCO, 2010), (2) uma das maiores emergências humanitárias contemporâneas (MONTCLÓS, 2009; HEERTEN; MOSES, 2014), (3) conflito resultante do colonialismo e dos embates do pan-africanismo (AZIEGBE, 2014;

OLIVEIRA, 2014; JULIUS-ADEOYE, 2017; OKPANACHI, 2010), dentre outras. Tais representações não são excludentes, mas cumulativas, embora determinados autores tenham se aprofundando em um ou outro fator, e não em seu conjunto.

Para Maurício Chan (2017) todo o acervo de informações sobre a referida guerra está compartimentado em assuntos específicos, ou seja, em trabalhos temáticos cujos enfoques predominantes assentam-se sobre o processo social vivido pelos nigerianos e biafrenses no período que vai da independência à guerra; e as articulações políticas nacionais e internacionais. A maioria desses trabalhos encontra-se publicada em língua inglesa.

A Nigéria, em sua relação com o mundo europeu, foi explorada economicamente, de maneira sistemática pela França e pela Inglaterra - pela segunda de maneira mais efetiva e prolongada do que pela primeira.

A inserção da Nigéria na rota da expansão do capitalismo financeiro europeu se deu no século XIX, em um movimento conhecido como neocolonialismo, cuja necessidade de investimentos de capitais excedentes, obtenção de matérias-primas, de força de trabalho e mercado consumidor, ao lado da ideologia da supremacia branca e ocidental legitimaram a dominação de povos e territórios da África, da Ásia e da Oceania.

Sob o domínio britânico, a Nigéria constituiu-se em um conjunto de protetorados independentes, cuja unificação e independência ocorreu na década de 1960, a partir de processo de negociação com o governo imperialista. Ao se tornar juridicamente independente, por meio da Declaração de Independência, a Nigéria tornou-se membro da *Commonwealth* e continuou a ser dirigida por seu antigo governador-geral, Nnamdi Azikiwe, eleito presidente em um contexto de acusações de fraudes eleitorais. Um marco significativo desse processo ocorreu, contudo, 20 anos antes. Em 1947, foi promulgada a primeira Constituição da Nigéria, que tinha sido elaborada em 1945 pelo governador à época, Sir Arthur Richards, o Lord Milverton. Uma das falhas desse documento consistiu em estabelecer a integração dos diversos grupos étnicos presentes no país sem promover uma política de identidade e reconhecimento das diferenças, e contemplando, em vários aspectos, apenas os interesses dos *Hausa* e *Fulani*, localizados no norte do país. Ambos intransigentes em se integrar com os habitantes do sul.

Por ocasião da independência, a distribuição étnica da população nigeriana apresentava os *Hausa/Fulani*, no norte, como a etnia majoritária, representando 28% da população, os Yoruba, na porção oeste do território, representando 21% e os *igbo* no leste, totalizando 19% da população. Além desses, há no país outras centenas de etnias, o que configura a seguinte distribuição populacional em termos religiosos: 45% cristãos, 50% muçulmanos e 5% animistas e de outras religiões (AZIEGBE, 2014).

O novo país nascia em um cenário de conflitos étnicos, rivalidades políticas, desconfiança mútua e ausência de um projeto de desenvolvimento nacional que atendessem à coletividade, o que resultou em uma série de golpes militares e perseguições étnicas, como a sentida pelo povo *igbo*. Diferenças culturais, de entendimentos políticos e de interesses econômicos levaram os *igbo* a um projeto de autodeterminação que proclamou a República do Biafra, desencadeando a pronta reação da Nigéria, disposta a manter a integridade territorial.

A guerra entre Nigéria e Biafra foi uma das mais violentas do contexto da Guerra Fria, tendo feito entre um milhão e três milhões de vítimas em função da fome, de doenças e dos conflitos bélicos, propriamente ditos. Embora tenha se formado a partir do descontentamento civil, com objetivo separatista e tenha mobilizado povos de um mesmo país, de uma mesma “nacionalidade” contra seus conterrâneos, não se trata de uma guerra exclusivamente interna e civil, motivo pelo qual a Unesco (2010) a denominou de “guerra mundial em miniatura”:

A guerra de Biafra constitui-se perfeitamente em uma ‘guerra mundial em miniatura’, salvo pela não intervenção do fator nuclear. O apoio dado pela França a Biafra era contrabalanceado pelo apoio dos britânicos à Nigéria federal; a ajuda material oferecida por Israel a Biafra tinha como contrapartida a presença dos pilotos cedidos pelo Egito à aviação federal; e o apoio da África do Sul e dos rodesianos brancos a Biafra opunha-se à atitude da Organização pela Unidade Africana, favorável à manutenção da integridade territorial da Nigéria.

Até mesmo os chineses intervieram em favor de Biafra para contrabalançar o apoio dado pelos soviéticos à Nigéria. Com efeito, o reforço da intervenção soviética em favor do campo federal nigeriano coincidiu com a intervenção soviética na Tchecoslováquia em prol da manutenção da coalizão do bloco socialista. O “segundo mundo” do socialismo e o terceiro mundo do subdesenvolvimento estavam ambos solidamente contidos na doutrina brejneviana do internacionalismo proletário (UNESCO, 2010, p. 14).

A guerra em estudo teve, portanto, uma dimensão internacional, ao menos no que se refere às questões de financiamento, de apoio logístico e às questões diplomáticas. Essa guerra se deu, todavia, essencialmente entre combatentes nacionais, sem a presença de tropas estrangeiras e com uma participação bastante limitada de mercenários em ambos os lados (RUBENZER, 2007).

Outros fatores também foram relevantes no período: o pan-africanismo, representado pela OUA – Organização pela Unidade Africana, e o internacionalismo proletário, defendido pelo socialismo.

Embora a filosofia pan-africanista já existisse desde o início do século XX, em 1963 ela se revitalizou graças ao surgimento da OUA, cujos integrantes manifestaram evidente clivagem entre um pan-africanismo radical e outro mais moderado. Os “graus” tolerados do pan-africanismo, no início da década de 1960, diziam respeito à escala geográfica da unidade africana. O grupo radical planejava ações em parâmetro continental, defendia a unidade e soberania de toda a África e se opunha às propostas de integração sub-regional, avaliando-as como entraves para a unificação. A ala moderada, ao contrário, entendia que para se obter unidade continental era necessário, primeiramente, consolidar experiências políticas, econômicas e culturais em escala sub-regional.

As interpretações da ala radical foram classificadas pela Unesco (2010), como “clivagens horizontais”, ou seja, concernente à extensão da integração africana. Além dessas haveria ainda “clivagens verticais”, concernentes à profundidade da unidade africana: esta unidade deveria ser superficial, meramente diplomática, ou deveria se efetivar em formas de cooperação e solidariedade orgânicas? Era o que se questionava à época. A proposta da OUA, quando de sua criação, revelava concepções superficiais de integração, todavia, projetava-se em escala continental (UNESCO, 2010). Progressivamente, sua postura foi se consolidando mais radical, à medida que seus representantes aderiam a experiências socialistas de governo e produção.

Como os demais países de “terceiro mundo”, a Nigéria tornou-se área de disputa entre as potências capitalistas e socialistas. Para as primeiras, como Inglaterra e Estados Unidos, interessavam suas ricas reservas de petróleo e minério de ferro. À URSS importava, sobretudo, consolidar a influência socialista sobre aquele território como marco geopolítico da internacionalização do socialismo. A URSS havia apoiado lutas de

independência de países africanos, como a de Angola e Moçambique, e mostrava-se disposta a subsidiar o pan-africanismo em sua vertente radical, ajudando os estados nacionais a coibirem movimentos separatistas. Isso seria uma forma de expandir a revolução.

Havia, no contexto citado, o temor de que movimentos separatistas e guerras étnicas pudessem enfraquecer a unidade africana e torná-la vulnerável a novas formas de colonialismo, especialmente o estadunidense. A intenção era a de evitar retrocessos. Essa intenção, contudo, não considerou os princípios jurídicos da autodeterminação dos povos e da resistência à opressão. O povo *igbo*, que em 1966 sofreu espancamento, estupro, massacre e exílio percebeu a luta por independência como única via para sobrevivência à violência imposta pelo Estado nigeriano.

Lasse Heerten e Dirk Moses (2014) figuram entre os que compreenderam a guerra Nigéria-Biafra como evento genuinamente global, cujas mortes decorrentes estão estimadas entre um e três milhões de pessoas. A intensidade da violência, expressa no número de vítimas, levaram os autores a considerar o conflito como uma das maiores *emergências humanitárias contemporâneas*. Para eles “este foi o primeiro conflito pós-colonial a engendrar uma onda transnacional de preocupação humanitária” (HEERTEN; MOSES, 2014, p, 176), e a inaugurar a era do sem-fronteirismo. Por conseguinte, “*Accordingly, Biafra needs to be situated within the complex histories of humanitarianism, ideas about sovereignty, genocide, human rights and the right to self-determination, as well as the rise of NGOs in the last decades of the twentieth century*” (HEERTEN; MOSES, 2014, p, 178).

Marc-Antoine Pérouse de Montclos (2009), por sua vez, ao considerar a guerra de Biafra como uma das maiores *emergências humanitárias contemporâneas* mostra-se crítico aos efeitos militares da ajuda humanitária internacional e do direito de intervenção, esclarecendo que tais ações, embora tragam alívio imediato aos que sofrem, também prolongam a guerra:

In African contemporary history, Biafra is not only remembered as one of the worst humanitarian crises on the continent, but also as a tragedy that gave rise to the concept of ingérence or the international responsibility to protect. Unfortunately, the controversies about the impact of aid during the conflict have been forgotten. Today, the humanitarian legend of Biafra celebrates the saving of starving children and the birth of the famous NGO Médecins sans Frontières, but it does not acknowledge the military impact of relief operations that helped the

secessionists continue the war for over a year after it was lost militarily. As it prolonged the suffering of local populations, relief was a matter of discussion during and just after the war. Since then, this strategic debate has been 'lost in translation' (MONTCLOS, 2009, p. 69).

A guerra Nigéria-Biafra foi marcada por disparidade entre as forças beligerantes e tratamento cruel infringido por soldados nigerianos a soldados e civis *igbos*, levando, inclusive, a rumores de genocídio. Quanto à disparidade mencionada, Rubenzer (2007) informa que o governo federal nigeriano, à época dos golpes de 1966, possuía cerca de 10.000 soldados em suas Forças Armadas. Ao final da guerra com Biafra, possuía mais 270 mil soldados; por outro ângulo, o governo de Biafra não atingiu mais de 100 mil soldados em seu exército. No que reporta às acusações de genocídio, utilizadas por Biafra para mover a opinião pública à sua causa, o estado nigeriano, defendeu-se alegando não ter intenção de exterminar o povo *ibgo*, mas, ao contrário, trazê-lo de volta para a proteção do Estado e consolidar a unidade nacional. Destarte, autorizou o acompanhamento *in loco* de jornalistas e ativistas dos direitos humanos nos territórios de conflito.

Biafra sofreu com os ataques desencadeados pelo exército nigeriano e sofreu, sobretudo com a fome. As vias terrestres e marítimas de entrega de mercadorias aos biafrenses foram bloqueadas pelos nigerianos, assim como os meios de comunicação, inviabilizando, inclusive, a ajuda humanitária. O regime do General Gowon dificultava a entrada de alimentos em Biafra e recusava-se a atender aos pedidos de igrejas e instituições filantrópicas. Vôos de socorro foram proibidos, sob pena de serem derrubados (ATOFARATI, 1992) e somente após intensa pressão internacional o governo nigeriano aceitou abrir uma rota terrestre para entrega de donativos destinados à população de Biafra. Contudo, o governo da República de Biafra recusou-se a receber donativos pela rota autorizada pela Nigéria, temendo ataques inimigos e contaminação química e biológica dos produtos.

De acordo com Chan (2017, p. 25),

Todo o suprimento levado a Biafra era por intermédio de vôos noturnos arriscados, em aviões cedidos por diversos países, pilotados por voluntários, veteranos de outros conflitos. Havia em Biafra cerca de 700 campos de refugiados, abrigando pouco menos de um milhão de pessoas. O restante, mais de um milhão de pessoas, estava vagando, não recebendo atendimento adequado dos órgãos humanitários. O governo biafrense não dispunha de muito para complementar o apoio, uma vez que direcionava suas reservas para os equipamentos militares, cujas aquisições eram insuficientes, no período mais dramático da fome em Biafra, de meados de 1968 até o final da guerra (Forsyth, 1977). As

mortes por inanição saltaram de 400 pessoas por dia, para 1.000 em menos de um ano, no final da guerra, segundo os cálculos das maiores organizações humanitárias que atuavam em Biafra e contabilizaram o saldo final de mortos por fome durante a guerra. Ao final de 1969, mais de um milhão e meio tinha morrido de fome, a maioria crianças, sem contar os mortos nas áreas ocupadas por nigerianos.

A fome foi o elemento que chamou a atenção internacional para o conflito, pois até então, o mundo estava em silêncio quanto à morte dos biafrenses.

Além da fome, o exílio dos *igbo* em 1966 e sua transposição para o lado biafrense durante o conflito agravaram a crise humanitária. Mais de 4 milhões de pessoas se exilaram no sudeste da Nigéria, fugindo da guerra e da violência dos militares do norte. Chan explica que

O superpovoamento da região leste foi o indício do que se tornaria uma das maiores tragédias humanitárias da história moderna. Quando aconteceram os dois grandes massacres de janeiro e julho de 1966 na região norte contra sulistas, estes realizaram um êxodo para o leste, o que ocasionou um grande problema na região, para a absorção desses deslocados. Outros atos de violência menores também resultaram em deslocamento de pessoas originárias do leste e oeste de volta a seus locais de origem. Após deflagrada a guerra em 1967, uma vez conquistado um vilarejo ou cidade biafrense pelos nigerianos, todos os habitantes fiéis ao governo do coronel Ojukwu fugiam para o interior das linhas amigas, o que inflava mais o número de refugiados, já em grandes dificuldades. Isso ocorria também pelo fato dos nigerianos, ao conquistar uma área populosa, destruir casas e logradouros, bem como torturar, estuprar e matar os habitantes, fatos relatados por todos os refugiados que chegavam às linhas biafrenses (CHAN, 2017, p. 24).

Na seara dos que qualificam a guerra em escólio como *resultante do colonialismo*, Rantimi Jays Julius-Adeoye (2017) ressalta o caráter artificial da criação da Nigéria pela Inglaterra, bem como os desafios da convivência naquela que é possivelmente a sociedade mais multiétnica do mundo (AZIEGBI, 2014).

Conforme Julius-Adeoye (2017)

Nigeria is a nation created by the British Colonial office in 1914, after the amalgamation of the Northern Protectorate of the Niger and Southern Protectorate of the Niger. For over 100 years of its existence, a large segment of its society have come to embrace the Nigeria nomenclature as national identity. However, many of the people argue that the political class of the society have failed overtime to allow the blending of the many ethnic nationalities within its borders to have a sense of belonging or ownership of the state. Therefore, the call for the restructuring of the nation or collapse of the nation-state continues to be a recurring decimal in national debate (JULIUS-ADEOYE, 2017, p. 10).

A mesma ideia é defendida por Okpanachi: “From its inception as a colonial state, Nigeria has faced a perennial crisis of territorial or state legitimacy, which has often challenged its efforts at national cohesion, democratization, stability and economic transformation.” (OKPANACHI, 2010, p. 2). Julius-Adeoye (2017), entretanto, nomeia a violência do próprio Estado nigeriano contra os *igbo*, e os interesses coloniais britânicos que persistem até os dias atuais, como fenômeno de média duração (conjuntural à crise política e humanitária enfrentada pela Nigéria):

The fourth and major factor that was silent in almost all the historical and other narratives is the British oil and economic interest. The fact that the British government protection of its oil interest in Nigeria played a significant influence in pushing Nigeria to war against Biafra’s secession. While available official material by the British Government states that, “Britain officially hinged its support for ‘One Nigeria’” on the need to prevent the break-up of Nigeria, and indeed African states in general, along tribal lines influenced her decision for the support against Biafra, evidence on ground proved otherwise (JULIUS-ADEOYE, 2017, p. 7).

Ao discutir os fatores que levaram à secessão de Biafra, Guilherme Ziebell de Oliveira (2014) destaca que, embora a violência do Estado contra a população *igbo* estivesse presente, o controle sobre o petróleo foi o fator decisivo:

O principal motivo, de acordo com o governo Ojukwu, seriam os repetidos ataques contra populações *Igbos* na região norte, e a incapacidade do governo federal de detê-los. A questão mais determinante para a declaração de independência, todavia, era econômica, e estava relacionada ao petróleo. A produção, que em 1958 era de 5.000 barris por dia, atingiu a marca de 415.000 barris por dia em 1968, respondendo, à época, por um terço das exportações nigerianas (OLIVEIRA, 2014, p. 236).

A esse respeito, cabe esclarecer que a região leste da Nigéria concentrava cerca de 70% das reservas petrolíferas, no entanto, o recolhimento dos *royalties* e a divisão dos benefícios eram realizados pelo governo federal de forma paritária, o que a descontentava. O cálculo feito pelos *igbos* era de que se obtivessem a independência teriam condições de vida melhores do que pertencendo à Nigéria.

Na interface da crítica à herança colonial e aos desafios da integração africana, Ides Mildred Aziegbe (2014) discute as bases culturais e históricas que influenciam no federalismo nigeriano. A autora explica que os povos do norte da Nigéria estão entre os pioneiros a se organizarem em Estado, já os *igbo*, tradicionalmente habitantes do leste viviam, antes da colonização, em uma sociedade igualitária e sem Estado, ao passo que

outros povos constituíram reinos. Ao forjar o federalismo sem efetuar políticas de identidade e de respeito às diferenças, o colonialismo lançaria as bases para conflitos e disjunções como a guerra civil nigeriana. No ensinamento da autora,

Political activities before and after independence including the civil war and subsequent military dictatorships show the lack of enabling federal conditions to let federalism succeed in managing and accommodating diversity. As earlier stated, an analysis of historical events and origins is necessary to establish this argument and draw conclusions (AZIEGBE, 2014, p. 18).

As insuficientes políticas de identidade e de respeito às diferenças não são, todavia, um problema limitado aos colonizadores, pois persistem no tempo, atingindo a história republicana da Nigéria. Não obstante, subsistem ainda problemas relativos à distribuição do poder, ao repasse dos recursos federais e ao combate à corrupção.

Trazer todas essas complexidades para o texto literário implica não apenas construir um discurso estético sobre esta história, mas um contradiscurso, um olhar crítico para os acontecimentos do passado e suas implicações no momento presente.

## **A DIÁSPORA COMO SEMÂNTICA E COMO EXPERIÊNCIA**

A diáspora constitui categoria relevante para a compreensão de *Meio Sol Amarelo*, uma vez que se trata de texto elaborado por escritora que assume seu lugar de fala a partir da experiência diaspórica nigeriana. Enquanto mulher negra e feminista, Chimanda Adichie carrega consigo as marcas das experiências de deslocamentos, rupturas e disjunção de seu povo ao longo da história. Essas experiências constituem a matéria para a sua arte. Conforme atestara Said:

Muitos dos escritores pós-coloniais mais interessantes carregam dentro de si seu passado – cicatrizes de feridas humilhantes, como estímulo para práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado tendendo a um novo futuro, como experiências a ser urgentemente reinterpretadas e rerepresentadas, em que o nativo, outrora calado, fala e age em territórios recuperados do Império (SAID, 2011, p. 73).

A escrita constitui para os intelectuais da diáspora um espaço de luta, de resistência e de representação de uma identidade cultural dinâmica.

Graças a escrita foi possível a intelectuais como Bhaba (1998), identificar o poder colonial como mímica, como excesso e diferença, e foi possível a Chimamanda Adichie romper com as recalcitrâncias desse poder, apresentando textos que desafiam tanto os

poderes disciplinadores quanto os saberes normalizados, em especial as literaturas canônicas africanas.

A diáspora africana, por sua vez, revela-se categoria polissêmica, cuja existência interroga os paradigmas que têm servido para definir os conceitos de identidade, pertencimento e nação. A multiplicação de comunidades decorrentes da diáspora tem reorganizado a luta política por direitos de identidade e diferença, bem como têm questionado o Estado-Nação como unidade única de representação da identidade e da cultura. Como exemplo desta resignificação pode-se citar a obra “Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência”, de Paul Gilroy (2001), que apresenta em perspectiva histórica uma nova leitura acerca da modernidade, que compreende os diferentes movimentos do pan-africanismo, o trabalho de intelectuais negros nos séculos XIX e XX e os problemas políticos decorrentes da relação entre termos como raça, etnia, etnicidade e cultura.

O termo diáspora vem sendo utilizado, portanto, para além de seu campo semântico original, de “dispersão de um povo” pelo mundo. Tem se revelado uma categoria que possibilita pensar o hibridismo, a heterogeneidade e as fraturas decorrentes não só do imperialismo clássico, mas os decorrentes das novas estratégias de circulação e assimilação do capital.

Baumann explica a dilatação do significado da categoria “diáspora” do seguinte modo:

No anseio de superar o essencialismo de noções como ‘eticidade’ e ‘raça’, em artigos sobrecarregados de jargão, a ideia de ‘diáspora’ foi celebrada por expressar noções de hibridismo, heterogeneidade, fragmentação da identidade e (re)construção, dupla consciência, fraturas de memória, ambivalência, raízes e rotas, cosmopolitismo discrepante, multilocalidade e assim por diante (SAID, 2011, p. 64).

Essa ampliação operada no campo da semântica expressa perspectivas pós-coloniais e decoloniais, possibilitando tratar pelo mesmo signo experiências variadas de colonização do poder, do saber e do ser decorrentes das múltiplas diásporas produzidas pela globalização do capital.

Nesse movimento há uma visão positiva e um tanto quanto utópica da diáspora como elemento de transgressão, pois tais abordagens a percebem “já não como uma catástrofe, mas como um lócus para a recriação de novas culturas, cujas características

são o hibridismo, a mistura, a fragmentação e a desterritorialização. A cultura metropolitana hegemônica é, assim, contestada pela criação de culturas diaspóricas” (TOPEL, 2015, p. 335).

Bhabha (1998), Appadurai (1989), Hall (2006) e Clifford (1994) são as referências centrais que abordam a diáspora na perspectiva aqui comentada. Eles apontam para um mundo globalizado e transnacional, que ao passo que desterritorializa, opera a reterritorialização – processo marcado por trânsitos culturais variados, assimilação, resistência e produção de novas narrativas. Para Topel, uma das principais implicações dessa nova perspectiva dos estudos da diáspora é que “a consciência de uma terra natal como condição *sine qua non* para a definição de diáspora é contestada, do mesmo modo que se salienta a oposição ou confronto das diásporas com a ideia do Estado nacional” (TOPEL, 2015, p. 335). Essa perspectiva tem possibilitado uma revisão literária do movimento sionista e da política atual do estado israelense.

Por outro lado essa ampliação semântica do conceito de diáspora é criticada em função da falta de precisão conferida ao termo pelo seu novo uso, da saturação de experiências e problemas que são postos em sua esteira e de seu novo uso esquecer-se do sentido trágico implicado em uma diáspora, valorizando mais os aspectos positivos do contato e do trânsito cultural. Para esses críticos, dentre os quais destacamos, na América Latina, Fernádes (2008), trata-se de um “vocablo de moda, dentro y fuera de la academia”.

A crítica operada pela autora é positiva do ponto de vista acadêmico porque chama a atenção para a necessidade de considerarmos dois aspectos básicos: a diferenciação do termo em relação àqueles com os quais se encontra relacionado, ou seja, o sentido da diáspora para os povos que enfrentaram essa experiência; e os distintos usos que lhe outorgam os especialistas.

Diante das considerações até aqui apresentadas concluimos que é próprio do capitalismo fomentar desenvolvimento geográfico desigual e combinado, o qual se expressa como condição e síntese dos processos de reprodução do capital, configurando “diferenciações, interações e relações tanto interescales como intraescales” (HARVEY, 2004, p. 112), conforme já discutíramos anteriormente (BARBOSA, BARALDI NETO, SANTOS, 2017).

A obra *Meio Sol Amarelo* é uma fonte pertinente para a reflexão sobre as relações interescolares e intraescolares que marcaram a guerra de Biafra, pois embora a obra seja ficcional, a experiência que ela recria é profundamente histórica e elucida os novos movimentos do império do capital no continente africano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Nigéria é uma das principais potências africanas e a oitava maior exportadora de petróleo do mundo, o que lhe tem oportunizado taxas de crescimento econômico significativo. Apesar disso, o país é marcado por sérios problemas de distribuição de renda, concentração de riquezas e corrupção, o que faz com que cerca de 70% de sua população viva abaixo da linha da pobreza (menos de um dólar e meio por dia).

O perfil de sua economia soma-se a outras questões não menos complexas, como a construção de uma identidade nacional, a contenção de movimentos separatistas, a compreensão das diferenças étnicas e o trabalho com as memórias traumáticas legadas pela guerra civil, memórias estas que têm promovido produtos culturais relevantes, como é o caso da obra *Meio Sol Amarelo*, de Chimamanda Adichie, que foi também transposta para o cinema.

Entendemos que os desafios enfrentados pela Nigéria, e cujo signo máximo foi a guerra civil com Biafra remontam a fatores históricos e contingenciais. No que concerne aos primeiros, cabe destacar os elementos que marcaram sua colonização, seu processo de independência e de formação do Estado nacional, e no que diz respeito aos elementos contingenciais, merecem destaque as disputas em torno do controle das reservas petrolíferas e da distribuição dos royalties derivados de sua exportação.

Primeiramente, salienta-se que a colonização da Nigéria foi um processo violento, que estimulou rivalidades internas e fomentou o ódio étnico como estratégia de dominação. A utilização de uma etnia para colaborar com o governo, em detrimento das demais é uma das mais cruéis estratégias de exploração possíveis, pois quando o colonizador se retira, a etnia colaboracionista fica como alvo de todas as críticas. No caso da Nigéria, os *hausas*, muçulmanos, foram os principais envolvidos na administração colonial, e permaneceram com privilégios na nova estrutura que se seguiu à independência. Nela, a intolerância religiosa aliou-se ao ódio étnico como estratégia de legitimação dos próprios interesses dos *hausas*.

A descolonização e a independência da Nigéria foi um processo gradual de transferência de poder pelos britânicos, que decorreu depois da Segunda Guerra Mundial, no período compreendido como de Guerra Fria. Essa transferência de poder se deu por meio de negociações e foi expressa em diversas Constituições, cujos objetivos eram assegurar os interesses de grupos específicos, e não de uma coletividade.

O favorecimento de grupos étnicos em detrimento de outros intensificou a fragmentação interna, de modo que a Nigéria se constituiu Estado sem nação. Essa fragmentação interna, expressa em interesses políticos e econômicos antagônicos, resultou em sucessivos golpes militares (de 1966 a 1999) e em um dos mais graves conflitos da África contemporânea: a guerra civil nigeriana, que levou à morte cerca de três milhões de africanos, a maioria da etnia *igbo*.

O que a guerra de Biafra mostra (assim como outros conflitos localizados no continente africano) é que,

As trajetórias seguidas pelas nações recém-libertas foram, em parte, consequência de lutas internas às sociedades em questão. Essas lutas foram moldadas pelas formas sociais antigas e as estruturas econômicas herdadas da colonização, e pelas técnicas e práticas de governo dos novos regimes pós-coloniais. Na maioria dos casos, elas terminaram na implantação de uma forma de dominação que alguns qualificaram de ‘dominação sem hegemonia’ (MBEMBE, 2019, p. 12).

Colonialismo, descolonização e construção de hegemonia são problemas cruciais da história africana hoje.

Na Literatura, esta guerra foi representada por Adichie (2008), como drama humano, no qual as esperanças e sonhos se chocam com a miséria cotidiana da luta por sobrevivência. A forma dessa apresentação, o romance, possibilita múltiplas interpretações, dada a complexidade de seu material simbólico. Em nossa leitura, a crítica colonial e ao tipo de sociedade que ela engendrou na Nigéria foi a tônica da narrativa de Adichie analisada neste trabalho.

No campo da História (e afins), a produção acadêmica retratou a guerra civil-nigeriana como “guerra mundial em miniatura”, como uma das “maiores emergências humanitárias da atualidade” e como “conflito decorrente do colonialismo e dos embates do pan-africanismo”.

Enquanto os historiadores enfocam a produção de um saber mais integrado e esquemático para elucidar o problema da guerra civil nigeriana, buscando evidenciar as causas e repercussões do conflito nas múltiplas escalas envolvidas, buscando mediar embates entre reconciliação e o dever de memória, os escritores de literatura, como Chimamanda Adichie, buscam revelar a complexidade dos dramas humanos, deslizando sobre o papel a complexidade psicológica para mais bem evidenciar os contornos da tragédia. Tais interpretações possuem objetivos próprios e não são concorrentes entre si, mas complementares. Cada uma contribui, a seu modo para o conhecimento do problema. Ambas são elementos que possibilitam retrilhar o caminho da humanidade (Mbembe, 2019), ação que se faz urgente para uma nova qualificação das experiências políticas.

O estudo em tela foi satisfatório para a construção de conhecimentos acerca do fenômeno pesquisado. O método se mostrou adequado e a utilização de fontes de cunho historiográfico e de cunho literário possibilitou ampliar as perspectivas de compreensão do problema. Para os estudos posteriores, sugere-se ampliar o trabalho com fontes literárias.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **Meio Sol Amarelo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

APPADURAI, A. On moving targets. **Public Culture**, 1989, v. 2, n. 1, p. i-iv.

ATOFARATI, A. A. **The Nigerian Civil War: Causes, Strategies and lessons Learnt**. Us Marine Command and Staff College. Academic-Year, 1991.

AZIEGBE, I. M. **Federalism in Nigeria: Accommodating Diversity and Promoting Stability**. Central European University Department of Public Policy. Budapest, Hungary, 2014.

BARBOSA, X. C.; BARALDI NETO, J.; SANTOS, J. I. O. O ordenamento jurídico frente à questão do lixo eletrônico: uma análise da problemática na cidade de Porto Velho-RO. **Revista de Direito da Cidade**, 2017, vol. 09, nº 1, pp. 276-312.

- BAUMANN, M. Diaspora: genealogies of semantics and transcultural comparison. **Numen**, Leiden, 2000, v. 47, n. 3, p. 313-337.
- BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BORGES, V. R. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiás: 2010, n. 3, junho, p. 94-109.
- CARR, E. **O que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CHAN, M. A. **Leituras sobre a Guerra de Biafra (1967-1970)**. As Versões do Conflito nos Textos de História e Literatura. Monografia de Conclusão de Curso, 62 fls. Universidade Brasília: Brasília, 2017.
- CLIFFORD, J. Diasporas. **Cultural Anthropology**, Washington, 1994, v. 9, n. 3, p. 302-338.
- EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia, 2005.
- FERNÁNDEZ, M., M. Diáspora: la complejidad de un término. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, 2008, vol. XIV, núm. 2, jul.diciembre, p. 305-326.
- FREITAS, A. M. Feminismo Negro Nigeriano e a Intertextualidade em Chimamanda Adichie. In: **Anais do II Congresso Internacional de Estudos em Linguagem**. UEPG, Ponta Grossa/PR, 26 de Outubro de 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/ciel-2017/papers/feminismo-negro-nigeriano-e-a-intertextualidade-em-chimamanda-adichie?lang=pt-br> acesso em 10 de dez. 2020
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILROY, P. **O Atlântico Negro**: Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARYEY, D. (2004). **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEERTEN, L.; MOSES, D. The Nigeria–Biafra war: postcolonial conflict and the question of genocide, **Journal of Genocide Research**, 2014, 16:2-3, p. 169-203

JULIUS-ADEOYE, R. J. The Nigeria-Biafra war, popular culture and agitation for sovereignty of a Biafran nation. **African Studies Centre**, Leiden, 2017.

MBEMBE, A. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019.

MEREDITH, M. **The State of Africa**: a history of fifty years of independence. London: Simon & Schuster UK, 2006.

MONTCLOS, M. P. Humanitarian Aid and the Biafra War: Lessons not Learned. **Africa Development**, 2009, Vol. XXXIV, n. 1, p. 69-82.

OLIVEIRA, G. Z. de. O papel da guerra de biafra na construção do estado nigeriano: da independência à segunda república (1960-1979). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 2014, v.3. n.6, jul./dez., Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes> P. 228-253 Acesso em 12 jan. 2020

OKPANACHI, E. Ethno-religious Identity and Conflict in Northern Nigeria: Understanding the Dynamics of Sharia in Kaduna and Kebbi States. **IFRA-Nigeria e-paper**, 2010, N. 7, 2010, p. 1-51. Disponível em: < [http://www.ifra-nigeria.org/IMG/pdf/Okpanachi\\_2010.pdf](http://www.ifra-nigeria.org/IMG/pdf/Okpanachi_2010.pdf)> acesso em 12 jan. 2020

PESAVENTO, S. J. Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, 2000, v. 21, p. 33-57.

PESAVENTO, S. J. O Mundo como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, 2003, vol. 7, n. 14, p. 31 – 45.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

PESAVENTO, S. J. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Debates, 2006, disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560> Acesso em 26 jan. 2022.

RUBENZER, T. Nigeria (1967–1970). In: Derouen, K; Heo, Uk. **Civil wars of the world: major conflicts since World War II**. California: ABC-CLIO, 2007.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TOPEL, M. F. Terra Prometida, exílio e diáspora: apontamentos e reflexões sobre o caso judeu **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 2015, n. 43, p. 331-352.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Comitê Científico Internacional para a redação da História Geral da África. **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

*Recebido em: 03/01/2022*

*Aprovado em: 25/01/2022*

*Publicado em: 28/01/2022*